EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LINHARES/ES.

GAB11/AFGR
INDICAÇÃO Nº: 042/2021

ALYSSON F. G. REIS, autoridade representante do poder legislativo municipal, com cátedra neste palácio legislativo, vem por meio deste, mui respeitosamente perante vossa conspícua magnificência, apresentar a seguinte proposição:

INDICAÇÃO

ENVIO URGENTE DE EQUIPE ESPECIALIZADA AOS CRUZAMENTOS DA AV. PRINCESA ISABEL COM AS VIAS MARTIM AFONSO DE SOUSA, CASTRO ALVES, E QUINTINO BOCAIÚVA PARA AVERIGUAR INUNDAÇÃO OCORRIDA NO LOGRADOURO, BEM COMO ESTUDAR E APLICAR SOLUÇÕES VIÁVEIS PARA SANAR OS MESMOS

Alicerçado no Art. 125, inciso II do Regimento Interno e movida por extrema necessidade dos moradores da região.

Av. José Tesch, 1021 - Centro - CEP 29900-220 - Linhares/ES - Tel.: (27) 3372-6500
www.camaralinhares.es.gov.br / CNPJ 01.975.290/0001-51

PROPOSIÇÃO

Mediante a extrema necessidade que o objeto nuclear gerador desta Proposição apresenta, esta autoridade legislativa vem apresentar a seguinte Indicação:

- **ENVIO URGENTE DE EQUIPE ESPECIALIZADA** no local para analisar os gravíssimos problemas ocasionados pelas constantes inundações nos cruzamentos da Av. Princesa Isabel com as vias Martim Afonso de Sousa, Castro Alves, e Quintino Bocaiúva.
- Após estudo analítico**, APLICAÇÃO DA DEVIDA SOLUÇÃO**.

Nestes termos,
solicito vosso deferimento, honorífico presidente.

***Nota: Segue anexo apensado constando JUSTIFICATIVA da presente Proposição, bem como IMAGENS do local da demanda.**

Linhares/ES, 12 de Março de 2021.

Alysson F. G. Reis

ALYSSON F. G. REIS
VEREADOR

Av. José Tesch, 1021 - Centro - CEP 29900-220 - Linhares/ES - Tel.: (27) 3372-6500
www.camaralinhares.es.gov.br / CNPJ 01.975.290/0001-51

ANEXO

JUSTIFICATIVA

Em Fevereiro de 2021 esse representante parlamentar municipal, encaminhou Indicação a essa municipalidade apontando os problemas relativos as constantes inundações ocorridas nos cruzamentos da Av. Princesa Isabel com as vias Martim Afonso de Sousa, Castro Alves, e Quintino Bocaiúva, tendo ainda encaminhado ofício a Secretaria de Obras para que fossem tomadas as devidas providencias diante da gravidade da situação.

Ocorre que, apesar da Indicação apresentada e do ofício encaminhado à Secretaria competente demostrando a imperiosa necessidade da intervenção do poder público, até a presente data, nenhuma providência foi tomada!

Por óbvio, entendemos que os problemas apontados, talvez não possam ser solucionados de imediato devido à complexidade do caso, contudo, há a necessidade de ao menos se iniciar os estudos por meio de equipe especializada para que se possa apresentar a solução mais viável para o caso em apreço.

Vale ressaltar que, o pedido de urgência se justifica ao passo que muitos moradores estão tendo suas casas invadidas pelas águas das chuvas e perdendo seus pertences em uma situação desesperadora que merece a urgente atenção dessa municipalidade.

Quanto aos referidos cruzamentos lembramos que os mesmos são dotados de grelhas coletoras de águas pluviais devido á configuração geográfica das referidas vias que estão localizadas em uma depressão do terreno, contudo, pelo que se percebe inclusive pelos inúmeros depoimentos de moradores da região é que os referidos equipamentos não conseguem dar vazão as águas das chuvas o que a anos tem provocado inundações no local, trazendo inúmeros prejuízos aos munícipes que acabam tendo suas casas invadidas pelas águas conforme demonstram as fotos anexas.

É fato reconhecido sistema jurídico, que “o Estado não é responsável por prejuízos decorrentes de enchente se não foi negligente ou omisso”.[1] Porém,

[1] MUNICÍPIO só responde por enchente se não fez seu trabalho**. Consultor Jurídico,** 06 fev. 2008. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2008-fev-06/municipio_responde_enchente_nao_fez_trabalho>. Acesso em: 12 fev. 2021.

Av. José Tesch, 1021 - Centro - CEP 29900-220 - Linhares/ES - Tel.: (27) 3372-6500
www.camaralinhares.es.gov.br / CNPJ 01.975.290/0001-51

como adverte a parte *in fine* da imediata citação, esta isenção não é absoluta. Como é do vosso vasto saber, renomada autoridade, o direito brasileiro absorveu a teoria do risco administrativo.

Como louvavelmente ensina o grande mestre do direito administrativo, Hely Lopes Meirelles: "[...] o risco administrativo não significa que a Administração deva indenizar sempre e em qualquer caso o dano suportado pelo particular; significa, apenas e tão somente, que a vítima fica dispensada da prova da culpa da Administração [...]"[2].

Sendo assim, a Administração Pública só estará desobrigada de arcar com o ônus do dando causado à vítima, se ela (Administração) não foi negligente, omissa ou imprudente. Caso esteja configurado estes elementos (negligência, imprudência e omissão), a obrigatoriedade de suportar o dano será *indubium veritas*.

É exatamente para evitar tal percalço a Administração, e propiciar aos moradores uma melhor condição de vida aos moradores do logradouro, que solicitamos mais uma vez que, seja atendida esta Indicação.

IMAGENS

IMAGEM DO ALAGAMENTO



[2] MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo**. 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2016. p. 782.

Av. José Tesch, 1021 - Centro - CEP 29900-220 - Linhares/ES - Tel.: (27) 3372-6500
www.camaralinhares.es.gov.br / CNPJ 01.975.290/0001-51





Av. José Tesch, 1021 - Centro - CEP 29900-220 - Linhares/ES - Tel.: (27) 3372-6500
www.camaralinhares.es.gov.br / CNPJ 01.975.290/0001-51

IMAGENS DOS MÓVEIS PERDIDOS





Av. José Tesch, 1021 - Centro - CEP 29900-220 - Linhares/ES - Tel.: (27) 3372-6500
www.camaralinhares.es.gov.br / CNPJ 01.975.290/0001-51

IMAGENS DIVERSAS





Av. José Tesch, 1021 - Centro - CEP 29900-220 - Linhares/ES - Tel.: (27) 3372-6500
www.camaralinhares.es.gov.br / CNPJ 01.975.290/0001-51